----------ATA Nº. 7----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2022: Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, em sessão ordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor João Manuel Ferreira Louzado e a Senhora Maria João Rodrigues dos Santos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público, Período antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação da Ata n.º 5; ----------

2) Votação da Ata n.º 6; ----------

3) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de fevereiro; ----------

4) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------;

5) Proposta ao Executivo n.º 42/2022 – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2022; ----

6) Proposta ao Executivo n.º 45/2022 – VII Edição Feira de Artesanato e Gastronomia em Barcouço – Pedido de Apoio; ----------

7) Proposta ao Executivo n.º 46/2022 – Acordo de Cedência ao Domínio Público (Alargamento da Rua do Lameiro – Póvoa da Mealhada); ----------

8) Projeto de Regulamento de Funcionamento do Serviço Municipal de Proteção Civil – Informação n.º 5910/2022. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor João Manuel Ferreira Louzado, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. ----------

Os Senhores Deputados Municipais, Rui Manuel Ribeiro César, Ana Sofia da Costa Lousado, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, João Miguel Leite Martins Silva, Elisa Carla de Abreu Simões e Tiago Daniel Henriques Ferreira solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se, respetivamente, por Carlos Manuel Salvador Veloso, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Rosa Maria Sousa, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Paulo Manuel Madeira Serafim e Sandra Isabel Baía Semedo. ----------

Os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Casal Comba, Nuno Filipe dos Santos Veiga, e da Junta de Freguesia de Luso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, comunicaram a sua substituição, respetivamente, pela Senhora Marina Gomes Ferreira Gregório, Tesoureira da Junta de Freguesia de Casal Comba e pelo Senhor João Carlos Henriques da Silva, Secretário da Junta de Freguesia de Luso. ----------
Estiveram ainda presentes os Senhores Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Fernandes Franco, a Senhora Vice-Presidente Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e os Senhores Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Gil António Baptista Ferreira e Luís Filipe Tovim Ferreira. ----------
De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo-se inscrito os Senhores Óscar Manuel Ferreira Carvalho, Isabel Cristina Carvalho Alves, Jorge Manuel dos Santos Henriques e Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes. ----------
1) No uso da palavra, o Senhor Óscar Carvalho iniciou agradecer e enaltecer a visita do Senhor Presidente da Câmara Municipal à Freguesia de Luso, para averiguar *in situ* os problemas e preocupações que existem, continuando por questionar se os Serviços Municipais ainda possuem sapadores florestais, porque existem muitos locais na Freguesia de Luso a necessitar de atenção e devida limpeza. (início: após 02 minutos; fim: após 04 minutos) ----------
Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou retribuindo o agradecimento efetuado, pela possibilidade de ouvir a população e perceber o que falta fazer e o que já foi feito. Esclareceu depois que o Município possui sapadores florestais e já ocorreram intervenções na área do Luso, mas que a equipa existente tem falta de recursos humanos, isto apesar da procura de pessoal qualificado para o efeito e que estejam disponíveis para este tipo de trabalho, sendo que se encontram programadas outras intervenções. (início: após 04 minutos; fim: após 08 minutos) ----------
2) No uso da palavra, a Senhora Isabel Alves iniciou chamando atenção para a Associação dos Apicultores do Litoral Centro, que tem a sede social na Junta de Freguesia de Luso, e a quem foi concedido pela dita Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal de Mealhada, um espaço para construção de uma melaria e para o qual pedia apoio, sob pena de a Associação se deslocar para outros Municípios. (início: após 08 minutos; fim: após 09 minutos) ----------
De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou dizendo que a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal já tinha analisado o assunto e que haveria o problema de nem todos os apicultores estarem coletados, mas que a questão da melaria seria averiguada. (início: após 10 minutos; fim: após 11 minutos) ----------
3) No uso da palavra, o Senhor Jorge Manuel dos Santos Henriques iniciou por questionar o critério do licenciamento 39/2017. Perguntou depois em que moldes poderia licenciar a colocação de uma esplanada. (início: após 11 minutos; fim: após 13 minutos) ----------

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para sublinhar que considerando o teor da última intervenção, a mesma seria melhor esclarecida em sede de reunião de Câmara Municipal, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou dizendo que teria de analisar o processo mencionado para dar uma resposta adequada. Quanto à esplanada esclareceu que teria de efetuar um pedido à Câmara Municipal de Mealhada para ser analisado pelos Serviços e proceder ao devido licenciamento. (início: após 13 minutos; fim: após 17 minutos) ----------

4) No uso da palavra, o Senhor Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes, leu a intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Antes de interpelar o Executivo Municipal, queremos deixar aqui o nosso agradecimento publicamente pela autorização da pintura do banco e do hastear da bandeira nos Paços do Concelho, não obstante continuaremos a fazer o nosso trabalho e por isso em nome do Bloco de Esquerda venho solicitar alguns esclarecimentos. O Senhor Presidente já afirmou que é adepto dos transportes sustentáveis, já fez alterações no SIT FLexi, vai implementar o metro na Mealhada, no entanto o Bloco de Esquerda pergunta se o Bipe Bipe na Mealhada vai sofrer alterações. Já referimos no anterior mandato que não faz sentido existirem apenas duas estações de bicicletas, uma junto à Câmara, em vez de se encontrar na estação ferroviária, e outra no parque da cidade, com horário limitado de utilização e necessária inscrição, em vez de utilizar uma App como se utiliza na maioria dos locais, deviam estar disponíveis outras estações de bicicleta nas várias freguesias. Pergunto, qual a intenção do atual executivo Municipal sobre esta modalidade.* ------

O executivo Municipal decidiu recuperar a Feira do Artesanato e Gastronomia da Mealhada e dinamizá-la no antigo espaço. Pergunto se avaliaram a Feira? Se sim, como o fizeram? Realizaram inquéritos aos participantes e expositores? Disseram que a localização foi para incentivar o comércio local. Pergunto se esse impacto existiu na verdade e vão ajudar o comércio durante as outras semanas do ano ou será apenas durante a Feira. ----------

Já se sabe que o Pingo Doce está a ser instalado. Pergunto, são verdadeiras as notícias que saíram na imprensa há algum tempo sobre a possibilidade de outras superfícies comerciais se instalarem? Falo especificamente do Aldi e do Continente. Ao aceitar essa instalação destas superfícies comerciais, como ficará o futuro das pequenas mercearias do nosso Concelho? Para terminar este assunto, é verdade que a cadeia Burger King se pretende instalar na Mealhada? ----------

Com o final do ano letivo, a municipalização da educação trouxe mais problemas do que soluções: obras para terminar, rácios incompletos de assistentes operacionais. Pergunto se pretende resolver os problemas que se encontram até ao início do próximo ano letivo. Qual o motivo do encontro de educação se ter realizado no Grande Hotel do Luso, em vez de se ter utilizado o Cineteatro Messias, como era habitual, o Grande Hotel do Luso cedeu o espaço de forma gratuita? Já que estamos a falar de educação, pergunto se tem novidades sobre relatório de contas da Escola Profissional da Mealhada. ----------

Para terminar, pretendemos um esclarecimento do executivo Municipal sobre a Vila Rosa, na Pampilhosa, propriedade da Câmara Municipal, que se apresenta num elevado, grau de degradação, com falta de limpeza e votado ao abandono. Este prédio encontra-se completamente abandonado há alguns anos. Como é do conhecimento geral, atualmente com elevada vegetação, e com o verão e com temperaturas altas, considera-se que possa haver perigo de incêndio, para além de ratos, cobras, entre outros. Sabe-se por vezes que a propriedade é visitada frequentemente por desconhecidos, o que gera um sentimento de medo e falta de segurança. Ora sendo a Câmara o proprietário do edifício, segundo o regime jurídico da urbanização edificação, capítulo terceiro, execução e fiscalização, secção quarta utilização e conservação do edificado, artigo 89º e passo a citar o dever de conservação: "As edificações devem ser objeto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de 8 anos, devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético. Sem prejuízo do disposto no número anterior a Câmara Municipal pode a todo o tempo oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou salubridade ou à melhoria do arranjo estético. A Câmara Municipal pode oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameaçam, ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas." Pergunto o que o executivo Municipal pretende fazer futuramente com a Vila Rosa, é para demolir ou requalificar? Entretanto, agora era urgente mandar limpar. A GNR possui conhecimento da situação e deslocou-se várias vezes a pedido dos moradores da zona, porque estes se sentem ameaçados e inseguros." (início: após 17 minutos; fim: após 21 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou dizendo que, relativamente ao *Bipe Bipe*, o projeto será alargado e poderá ser alterado, concordando que faria sentido ser implementado na estação de caminho-de-ferro. Sobre a Feira do Artesanato e Gastronomia, informou que foram feitos inquéritos de satisfação e que os mesmos estavam a ser analisados pelo Senhor Vereador Hugo Silva e a sua equipa, sublinhando que o objetivo da localização da citada Feira foi dinamizar o centro e a economia local, fazer com que o centro urbano tenha pessoas e o comércio local se desenvolva, esclarecendo que já foram realizados mercados de rua e de Natal e que se pretende continuar com essas iniciativas não só na Mealhada mas também nas sedes de freguesia, estando já a ser desenvolvidos e realizados projetos pelas Juntas de Freguesia, com o apoio do Município, na Vacariça, Barcouço, Ventosa do Bairro e Pampilhosa. De seguida confirmou que o Aldi e o Burger King pretendem instalar-se na Mealhada, estando já o Pingo Doce em fase de construção, sendo esta uma forma das pessoas não irem fazer compras aos concelhos vizinhos e eventualmente ocorrer o inverso e assim captar mais pessoas para viver na Mealhada, uma vez que já existe essa resposta comercial no Concelho, saindo também o comércio local beneficiado por essas

pessoas que visitarão o concelho. Esclareceu de seguida que os rácios estão a ser cumpridos, defendendo de seguida que esses rácios não estão a cumprir com as necessidades das escolas e já foi exposta essa questão, em conjunto com os Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal, à Senhora Ministra da Coesão Territorial. Informou depois que as obras na Escola Secundária estão a decorrer a bom ritmo, embora tenham ocorrido alguns contratempos com indecisões e falta de material, agilizou-se de modo a que os mesmos fossem resolvidos. Quanto ao encontro de educação, vincou que não acarretou custos por ter sido realizado no Grande Hotel do Luso e que foi um grande evento para o Concelho. Relativamente ao relatório de contas da EPVL, inteirou que ainda não possui informação mas que a mesma já foi solicitada, sendo que quanto à Vila Rosa, a mesma pertence ao Município há menos de dois meses e já está programada uma limpeza geral, não só ao edifício mas também ao terreno, e que ainda está em estudo o que fazer com o prédio. (início: após 21 minutos; fim: após 36 minutos) ----------

De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador Gil Ferreira, que em relação à escolha do Grande Hotel do Luso para a realização do encontro de educação, disse que a mesma se prendeu com o modelo de evento que foi levado a cabo, com muitas ações de formação em simultâneo, que requeriam salas disponíveis para funcionamento em paralelo, o que inviabilizava que fosse realizada no Cineteatro Messias. Esclareceu ainda que o encontro se realizou a uma quarta-feira, em que muitos educadores estiveram presentes, e também para não retirar tempo livre de fim-de-semana a quem comparecesse, podendo abranger esse dia tempo de trabalho como ação de formação, sendo uma opção assumida de forma consciente. Terminou dizendo que este encontro teve o seu momento e a sua especificidade, não devendo ser comparado com encontros anteriores nem seguido nos que se vierem a realizar, tendo sido pensado em determinados moldes que foram cumpridos e será feita uma avaliação do mesmo a ter em conta nos próximos eventos. (início: após 36 minutos; fim: após 41 minutos) ----------

De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador Hugo Silva, que disse que a Feira do Artesanato e Gastronomia ocorreu no centro da cidade de Mealhada com o propósito de defender o comércio tradicional e de criar o hábito fruição do espaço público e de gerar hábitos de consumo, lançando igualmente bases para eventos futuros, dando o exemplo do Festival da Juventude, a realizar na Quinta do Murtal. Seguiu dizendo que se não for criado o hábito das pessoas voltarem a estes locais, como no caso específico do Jardim Municipal em que o fecho da esplanada que lá existia, ocorrerá um êxodo da presença de pessoas nesse local e acabará por afetar o restante comércio da zona, e cabe ao Município o complemento de estímulo ao comércio local. Terminou realçando que a avaliação será feita de forma aberta e existirão outros eventos de futuro. (início: após 41 minutos; fim: após 41 minutos) ----------

Não havendo mais inscrições, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**: ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia Municipal da decisão do Ministério Público relativamente à participação efetuada contra a sua pessoa, da qual resulta que "*Conclui-se com segurança que não existe qualquer ilegalidade cometida pelo Presidente da Assembleia Municipal de Mealhada, o que faz cessar a legitimidade do Ministério Público para a propositura da ação administrativa competente*". (início: após 46 minutos; fim: após 47 minutos)
De seguida, Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Alexandre Rebelo, Frederico Santos, o Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva, o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Semedo, Carlos Pimenta, André Melo, Pedro Semedo e Joana Sá Pereira. ---
1) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, iniciou por abordar e questionar a questão do GIR - Cineteatro da Pampilhosa, em que após um novo apoio de valor avultado ainda se encontra encerrado à população e apresentando marcas de desgaste. De seguida referiu acerca da falta de limpeza nos espaços verdes exteriores à EB2/3 da Pampilhosa, indagando quem estava encarregue da limpeza dos mesmos e onde se encontravam as máquinas para o efeito, questionando de seguida o espaço, na mesma Escola, onde é prestado o apoio às crianças com necessidades educativas especiais, considerando o mesmo degradante e não respeitador dos direitos das crianças. Terminou por questionar o porquê de não terem sido desenvolvidas atividades no Dia Internacional da Criança. (início: após 49 minutos; fim: após 53 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por esclarecer que, quanto ao GIR - Cineteatro da Pampilhosa, não se trata de novo apoio pois o montante orçamentado inicialmente mantém-se, tendo sido unicamente alterada decisão anterior da Câmara Municipal, na qual a verba se destinava exclusivamente para obras, no sentido de existir possibilidade de uso do apoio para projetos e equipamentos. Em relação ao espaço exterior da Escola da Pampilhosa disse que iria informar-se junto dos Serviços respetivos relativamente à manutenção da máquina de corte de relva, referindo que está prevista a contratação de mais jardineiros, mencionando ainda o Protocolo estabelecido com os Estabelecimentos Prisionais, e que caso o espaço não esteja em condições, a situação iria ser revista. No que diz respeito às condições degradadas da Escola vincou que essa não é uma situação que ocorre há oito meses mas de há muitos anos a esta parte, e que iria com o Senhor Vereador responsável pelo pelouro ao local averiguar a situação, terminando por dizer que as comemorações do Dia Internacional da Criança estavam agendadas e previstas para a Mata do Buçaco mas que devido às más previsões de condições atmosféricas, e por decisão conjunta dos encarregados de educação, Escola e Câmara Municipal, decidiu-se pelo seu cancelamento. (início: após 53 minutos; fim: após 58 minutos) ----------
De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador Gil Ferreira, que iniciou por referir que as condições descritas não são as ideais mas não o são há muito tempo, dizendo de seguida que conhece muito bem

a Escola e os problemas da mesma, pedindo de seguida ao Senhor Deputado Alexandre Rebelo para solicitar agendamento junto dos Serviços Camarários para visita à Escola, para que no local se apure se a caracterização feita é efetivamente rigorosa e merecedora de crédito, tendo de seguida o mencionado Senhor Deputado afirmado que teria todo o gosto em fazê-lo e fazer-se acompanhar do elemento da Escola que lhe tinha mostrado o local. (início: após 59 minutos; fim: após 01 hora e 01 minuto) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por referir a Feira de Artesanato e Gastronomia de Mealhada e dar os parabéns à Câmara Municipal por, após dois anos de interrupção devido à pandemia, ter recuperado uma tradição municipal, que se realizou em moldes similares no que respeita às questões de calendarização e duração e com o intuito de divulgação do artesanato e gastronomia local e regional, no entanto com alterações que classificava como um retrocesso relativamente ao que existia anteriormente. Referiu de seguida a pequena dimensão do palco principal, com a disposição das barracas a diminuir a visibilidade, adjetivando o cartaz do evento de parco apesar da nobre atitude de o mesmo dar espaço aos artistas locais. Continuou mencionando a marca FESTAME e questionando o motivo do seu desaparecimento, referindo de seguida os constrangimentos rodoviários criados pelo evento. Prosseguiu questionando o porquê de os carrinho de choque e caravanas terem sido colocadas no mais recente parque de estacionamento, entre a Rua José Branquinho de Carvalho e a Avenida Doutor Manuel Lousada, quando ao lado, onde vai ser edificado o novo edifício da Câmara Municipal, existe um terreno vazio que posteriormente foi utilizado como estacionamento, ou seja, tudo feito ao contrário, referindo ainda a questão da limpeza subsequente ao evento, não tendo a mesma sido acautelada e ficando lixo exposto nas ruas durante dias. Terminou por considerar que a Feira regrediu, muito por culpa da fraca atratividade do cartaz do evento, da localização escolhida e da péssima planificação de utilização dos espaços públicos, perdendo-se assim uma oportunidade de reconquistar público local e de concelhos vizinhos, propondo de seguida que a Câmara Municipal realize uma avaliação apartidária e ponderada dos benefícios e constrangimentos das opções tomadas numa atitude construtiva e beneficiadora da divulgação do Concelho. (início: após 01 hora e 02 minutos; fim: após 01 hora e 07 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que relativamente ao cartaz tratou-se de uma opção, a de dar palco aos artistas do Concelho, continuando por dizer que não tinha nada contra a marca FESTAME, que era um bom evento, mas que se fez uma escolha a nível de custos e investimento para outras prioridades. Prosseguiu esclarecendo que relativamente aos cortes de estrada, os mesmos ocorreram por imposição da GNR, tendo sido um processo tramitado atempadamente e em conjunto, tanto que as medidas mais restritivas foram aliviadas após uns dias. Continuou dizendo que nos primeiros dias após terminar a Feira, existiu alguma falta de cuidado em como a

mesma foi desmontada e haverá mais exigência no futuro, mas durante o evento houve o cuidado dos funcionários da Câmara Municipal em manter uma boa limpeza. (início: após 01 hora e 07 minutos; fim: após 01 hora e 14 minutos) ----------

3) O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"Trago a esta assembleia um assunto que, não sendo exclusivo do nosso concelho, entendo que devemos ter presente e discuti-lo com urgência. ----------

O Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, veio criar o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e estabelecer as suas regras de funcionamento. Com a vigência do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, foram também criadas áreas prioritárias de prevenção e segurança, sobre as quais se aplicam especiais medidas de proteção, algumas restrições e aplicação de projetos específicos nos programas de ação de nível regional e sub-regional. Conforme disposto na lei, estas áreas prioritárias de prevenção e segurança abreviadamente designadas APPS, correspondem às classes de perigosidade de incêndio rural «alta» e «muito alta», tendo por base o mapa de perigosidade produzido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. ----------

Estabelece o Artigo 42.º, relativo às áreas prioritárias de prevenção e segurança, no seu n.º 1 que: "Os territórios correspondentes às classes de perigosidade «alta» e «muito alta» constituem APPS, identificadas na carta de perigosidade de incêndio rural a que se refere o n.º 6 do artigo anterior", e no seu número 2 que: "As APPS constituem medidas especiais de proteção, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, onde vigoram as restrições estabelecidas nos artigos 60.º e 68.º do presente decreto-lei". ----------

Estabelece o artigo 43.º, relativo ao Perigo de Incêndio Rural, no seu n.º 1 que: "O perigo de incêndio rural é descrito pelos níveis «reduzido», «moderado», «elevado», «muito elevado» e «máximo», podendo ser distinto por concelho" e no seu n.º 4 que: "Nos concelhos e períodos em que a classe de perigo de incêndio rural seja «muito elevado» ou «máximo», aplicam-se as restrições ou condicionamentos previstos nos termos das secções II e III do capítulo V." ----------

É ao ICNF, I.P. e ao IPMA, I.P. a quem compete determinar e divulgar o perigo de incêndio rural em cada momento. ----------

Ora, o artigo 68.º, relativo ao Condicionamento de atividades em áreas prioritárias de prevenção e segurança, estabelece no seu n.º 1 que: ----------

"1 – Nas APPS, em concelhos onde se verifique um nível de perigo de incêndio rural «muito elevado» ou «máximo», são proibidas as seguintes atividades: ----------

a) Atividades culturais, desportivas ou outros eventos organizados que justifiquem a concentração de pessoas em territórios florestais; ----------

b) Utilização de equipamentos florestais de recreio; ----------

c) Circulação ou permanência em áreas florestais públicas ou comunitárias, incluindo a rede viária abrangida" ----------

Já o artigo 72.º, relativo às Contraordenações, tipifica no seu n.º 1 o conjunto de infrações ao diploma legal, nas quais consta, na alínea y), que se refere a: ----------

"y) A realização, nas APPS, quando se verifique um nível de perigo de incêndio rural «muito elevado» ou «máximo», de atividades que impliquem a concentração de pessoas em territórios florestais, a utilização de equipamentos florestais de recreio ou a circulação em territórios florestais, incluindo a rede viária abrangida." ----------

O n.º 2 do mesmo artigo estabelece o valor das coimas que, no caso da contraordenação acima referida, corresponde à alínea b), ou seja, de €500 €5000, no caso de pessoas singulares; e de €2500 a €25000, no caso de pessoas coletivas.

Observada a cartografia disponibilizada relativa a esta categorização em termos de risco de incêndio, percebe-se que, basicamente, as APPS foram estabelecidas nas zonas de maior declive, onde a altitude é maior e onde o coberto vegetal arbóreo é mais abundante, não sendo necessariamente critérios cumulativos. ----------

Observamos que uma parte muito significativa do território da freguesia de Luso se integra em classes de risco de incêndio rural definidas cartograficamente como alta e muito alta, sendo que, no caso da classe de risco muito alta, poderemos estar a falar de cerca de 40% ou mais da área da freguesia. ----------

Observamos também que existe uma área muito significativa da Mata Nacional do Bussaco, que inclui toda a zona da Via Sacra e da vertente em direção à Porta de Sula, que se encontra integrada na classe de risco alta, assim como a estrada de acesso à Cruz Alta (nos concelhos de Mortágua e Penacova), e uma parte significativa, e a mais interessante, do PRLuso – Bussaco 360º, muito utilizado pelos visitantes com gosto pelas caminhadas. ----------

Por outro lado, toda a serra do Bussaco em direção a Penacova se encontra integrada em classe de risco de incêndio alta ou muito alta, embora, no caso desta última categoria, a área integrada seja pouco expressiva. ----------

A Mata Nacional do Bussaco é uma floresta pública – Regime Florestal Total, e a restante área da dorsal da Serra são áreas florestais comunitárias, numa área conjunta de cerca de 1000 hectares. ----------

Em todos estes espaços têm sido realizados investimentos públicos no sentido de aumentar o valor turísticos dos territórios e garantir a sua utilização. Desde parques de merendas, aos moinhos da Portela de Oliveira, às Grandes Rotas estabelecidas pela CIM – Coimbra em parceria com os municípios, são investimentos que deixam de poder ser utilizados sempre que um alerta de perigo de incêndio rural muito elevado ou máximo for emitido para qualquer concelho. ----------

Seguindo esta lógica, a aplicação estrita desta legislação obrigará, por exemplo, ao encerramento parcial da Mata Nacional do Bussaco, assim como da estrada de acesso à Cruz Alta, dos acessos ao Posto de comando de Wellington e a toda a rede viária florestal da serra do Bussaco. ----------

Mas, de acordo com esta legislação, também iniciativas e investimentos privados, muitas vezes público-privados, como trails, provas de ciclismo, rallys, eventos culturais, em qualquer lado, mesmo não se realizando em áreas florestais públicas ou comunitárias, desde que integrem espaços florestais classificados como APP, são simplesmente proibidos sempre que exista um alerta de perigo de incêndio rural muito elevado ou máximo. ----------

Isto significa uma verdadeira catástrofe para os territórios turísticos sendo que, no caso dos concelhos do interior do país, o caso é bastante mais grave se nos lembrarmos de locais como os concelhos de Arganil, Pampilhosa da Serra ou Oliveira do Hospital, zonas de média/alta montanha, com elevadas áreas florestais, muitas delas públicas e/ou comunitárias. ----------

Em todo o país o período de Primavera/Verão é o que mais convida à atividade exterior, nos espaços florestais, sendo também o período de férias de excelência e, por isso, a conjugação deste facto com as proibições impostas por esta legislação, poderão significar uma enorme perda de receita e de sustentabilidade para os negócios do turismo nos espaços integrados sem APPS. ----------

Preocupa-nos a forma como foram estabelecidas as APPS, sendo que, basicamente estas foram estabelecidas em todo o território de Portugal a Norte do Tejo e nos territórios de baixa densidade, onde se verificam as áreas mais montanhosas. -------

Mas também foram estabelecidas nas áreas das Matas Nacionais litorais de Leiria, que arderam, e onde não existirá um risco de incêndio significativo pelo menos nos próximos 20 anos. ----------

Por outro lado foram estabelecidas APPS no topo da Serra da Estrela, junto à Torre (classe de risco de incêndio alta), incluindo a própria estância de ski, quando se trata de uma zona pedregosa, praticamente desprovida de vegetação. ----------

Também não nos parece que nos períodos de alerta de perigo de incêndio muito elevado ou máximo, vão encerrar o acesso à Mata de Sintra e ao Castelo e outras áreas classificadas, de acordo coma cartografia e este diploma legal, como APPS, assim como não nos parece que procedam ao enceramento das áreas florestais e de rede viária do Gerês, Montesinho ou Serra da Estrela, apenas para dar alguns exemplos de espaços com a mesma classificação. ----------

Por outro lado, entendemos que, apesar da possibilidade de existirem períodos de tempo nos quais o IPMA/ICNF emitam alerta de perigo de incêndio rural muito elevado ou máximo, não podem ser castradores da atividade nos territórios porquanto, considerando a expectável progressão das alterações climáticas, poderemos vir a assistir ao aumento do número de dias por ano em que, de acordo com esta legislação, a atividade turística, cultural e social ficam simplesmente proibidas. ----------

Obviamente não somos contra a prevenção de incêndios ou contra medidas que diminuam o risco de incendio rural. Na freguesia de Luso sabemos bem os efeitos de um grande incêndio florestal. Acreditamos é que, uma vez conhecido o risco (e pelos vistos está cartografado), devem existir estratégias de gestão e de ordenamento territorial que sejam elas mesmas minimizadoras desse risco ao invés de estarem a colocar em causa a vitalidade económica e social das populações, muitas vezes já bastante debilitadas, e a liberdade dos cidadãos, residentes e/ou visitantes. ----------

Atendendo ao exposto, face ao caráter turístico do território da freguesia de Luso; face à importância turística, cultural e social, local e regional, da Mata Nacional do Bussaco e da Serra do Bussaco, com todos os seus elementos históricos, geológicos

e paisagísticos, reconhecidos por todos quantos visitam estes lugares, a Junta de Freguesia de Luso não pode deixar de manifestar a sua preocupação face aos constrangimentos que esta legislação vem impor no que se refere à utilização turística, de lazer e recreio do território, mas também à vida das pessoas. ----------
A Mata Nacional do Bussaco e toda a área florestal circundante que integra os concelhos de Penacova e de Mortágua, são espaços fundamentais para a vitalidade turística da nossa freguesia e do nosso concelho, mas também das freguesias vizinhas dos concelhos de Mortágua e Penacova. ----------
Assim, propomos a esta assembleia e, em concreto, ao executivo municipal, a análise dos elementos constantes desta interpelação e a análise dos diplomas legais no sentido de, com uma fundamentação jurídica e técnica adequadas, ser elaborado um documento que, eventualmente em conjunto com outros municípios como Mortágua e Penacova, e com o reforço da legitimação das respetivas Assembleias Municipais, possa levar este assunto à CIM – Região de Coimbra, à CCDR – Centro e à Associação Nacional de Municípios no sentido de que seja revista a legislação e este conjunto de proibições, sem sentido e altamente lesivas para as populações, sobretudo as do interior, já de si altamente lesadas pelo desfasamento administrativo geográfico e pela demografia. ----------
Esta questão coloca-se de forma pertinente, tanto mais que, de acordo com o disposto no n.º 6 do Artigo 42.º, relativo às áreas prioritárias de prevenção e segurança: "Os municípios são responsáveis pela divulgação das APPS situadas nos respetivos concelhos, designadamente no respetivo sítio da Internet e nos lugares de estilo das câmaras municipais". ----------
Não nos parece que os municípios pretendam ser parte de um processo que coloque em causa a subsistência económica das suas populações e do seu território em geral. ----------
Peço que este documento seja apenso à ata desta assembleia, reiterando, em nome da Junta de Freguesia de Luso, o pedido para que este assunto seja amplamente discutido de forma a dar lugar a um documento a apresentar na próxima sessão."
(início: após 01 hora e 14 minutos; fim: após 01 hora e 26 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que tanto a CIM da região centro como grande parte da Associação Nacional de Municípios tomaram a decisão de pressionar para que o citado Decreto-Lei não continuasse em vigor e o mesmo ficará em suspenso no final do mês, até que sejam efetuadas algumas alterações legislativas ao documento, ficando em vigor a Lei anterior. (início: após 01 hora e 26 minutos; fim: após 01 hora e 30 minutos) ----------
4) O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Semedo, no uso da palavra, iniciou por dizer que, como membro da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais participou em reunião da aludida Comissão em 12 de maio, tendo sido posteriormente questionado por um Senhor Presidente da Junta sobre o que se teria passado na citada reunião, esclarecendo que não é porta-voz e o que decorreu do encontro será divulgado por

quem de direito. Continuou dizendo que as Juntas de Freguesia entenderam que a dita reunião era de muita importância mas tendo sido convidadas a participar, nenhuma compareceu. (início: após 01 hora e 31 minutos; fim: após 01 hora e 32 minutos) ----------

5) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por fazer referência ao resultado final da já mencionada participação produzida junto do Ministério Público. Manifestou depois gratidão ao Senhor Presidente da Mesa pela coragem, integridade e verticalidade que possui e por ajudar a desenvolver o Concelho e devolver o espaço de liberdade e igualdade, enaltecendo ainda o caráter combativo e resiliente do Senhor Presidente da Mesa contra os ataques pessoais do qual é alvo. Realçou de seguida que a aludida participação não foi subscrita pelos representantes da Junta de Freguesia de Luso, revelando uma postura que só os dignificava. Prosseguiu vincando que não têm medo de ameaças ou promessas de acusações ao Ministério Público, e que os assuntos da Assembleia Municipal de Mealhada devem ser tratados na mesma e não em qualquer outro lugar. (início: após 01 hora e 33 minutos; fim: após 01 hora e 36 minutos) ----------

6) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por louvar a intervenção do Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva, referindo que o tema já foi abordado na CIM e que é um assunto muito importante para toda a região. Continuou, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara para comunicar ao Senhor Vereador Rui Marqueiro que, tendo o mesmo efetuado alguns reparos da Assembleia Municipal e da sua organização, que é a Assembleia Municipal que fiscaliza o Executivo e não o contrário, questionando de seguida a bancada do PS sobre o arquivamento da queixa produzida junto do Ministério Público. (início: após 01 hora e 37 minutos; fim: após 01 hora e 39 minutos) ----------

7) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Sobre a participação apresentada por Deputados Municipais e Vereadores eleitos pelo Partido Socialista para a Assembleia Municipal e Câmara Municipal da Mealhada contra o Sr. Presidente desta Assembleia Municipal o nosso grupo municipal gostaria de tecer algumas considerações.* ----------

Sobre a parte jurídica da questão, o despacho de arquivamento da senhora Procuradora do Ministério Público é suficientemente explícito e eloquente e sobre ele não temos comentários a fazer, a não ser que prevíamos o desfecho que a participação obteve, por nos parecer por demais evidente. ----------

Já ao nível meramente político e de comportamento nesta assembleia, oferece-nos fazer algumas observações. ----------

A forma como essa sessão decorreu no seu início e a argumentação e comportamento da bancada do PS assentou naquilo a que se chama uma chicana política, por nada mais se pretender do que, de forma pretensamente astuciosa, se impedir com recurso a sofismas o normal desenrolar dos trabalhos e a aprovação de documentos fundamentais para o funcionamento do executivo camarário. ----------

Recordo que a todos os membros da assembleia nos foi pedido que acolhêssemos a argumentação apresentada como verdadeira. Porém, não nos foram apresentadas razões de substância sobre o conteúdo dos documentos, apenas uma desesperada e histriónica tentativa de impedir a sua discussão e aprovação assente em formalismos jurídicos que careciam de fundamentação. ----------
Aos olhos da nossa bancada, no meio de tanta argumentação jurídica, mais parecia, na verdade, um mero ajuste de contas entre pessoas e facções após eleições, com os resultados e contextos conhecidos, e não uma intenção de trabalhar para o bem comum. ----------
Tudo isto faz parte das táticas políticas desde há muito. Já vimos muito pior noutras partes. ----------
Em Lisboa, por exemplo, inconformados com a derrota política, os opositores torpedeiam de todas as formas a acção do actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa, como temos assistido. ----------
Na Mealhada, é a mesma luta pelos mesmos meios. ----------
A nossa bancada afirma que acima das rivalidades de facção ou pessoal está o bem comum, como penso que estará na mente e nas intenções de quase todos os membros desta assembleia, passado que foi este triste episódio." (início: após 01 hora e 39 minutos; fim: após 01 hora e 42 minutos) ----------
8) A Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, no uso da palavra, iniciou por abordar a questão do horário da biblioteca municipal, que no anterior mandato estava aberta até às 20:00 horas durante a semana e ao sábado da parte da tarde e que atualmente e em época de exames foi tomada a decisão de restringir o horário durante a semana para as 18:00 horas, sendo que tinha bastante adesão dos jovens ao sábado à tarde. Continuou, expressando, por parte da bancada do PS, solidariedade e repúdio pela campanha pública que o Senhor Presidente da Câmara sofreu a propósito de uma circunstância da sua vida pessoal, e que as questões devem ser levantadas e esclarecidas nos locais próprios. Disse em seguida, quanto à participação apresentada ao Ministério Público, que nunca foram notificados de nenhum ato durante o processo, e que o mesmo se tratou de um pedido de informação administrativo sobre uma questão procedimental do funcionamento da Assembleia Municipal, nunca colocando em causa questões de outra índole que não só meramente administrativa, mas que aguardariam notificação da decisão para decidir em conformidade. Comunicou ainda que, ainda antes do acordo que foi feito na Junta de Freguesia de Barcouço, foi apresentada uma queixa-crime contra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, por alegado incumprimento da Lei, sublinhando e manifestando tranquilidade para com a conduta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço e solidariedade para com o mesmo. (início: após 01 hora e 50 minutos; fim: após 01 hora e 47 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por agradecer as palavras de solidariedade relativamente à campanha pública de que foi alvo, continuando por dizer que desconhece qualquer

queixa-crime sobre a Junta de Freguesia de Barcouço. (início: após 01 hora e 47 minutos; fim: após 01 hora e 49 minutos) ----------
De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador Gil Ferreira, que iniciou por dizer que efetivamente ocorreu um ajustamento de horários, consequência da limitação de recursos humanos, vincando que a biblioteca tem muitas outras atividades. No horário que existia, a abertura da biblioteca era efetuada às 10:00 horas, fechava na hora de almoço e encerrava às 20:00 horas, sendo que atualmente abre portas às 09:00 horas, não fecha na hora de almoço e encerra às 18:00 horas e não abre aos sábados à tarde. Terminou dizendo que é feito o possível com os meios que existem neste momento, e que a situação será revista no próximo ano, e reposto o horário se assim for possível. (início: após 01 hora e 49 minutos; fim: após 01 hora e 52 minutos) ----------
9) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por dizer que desconhece qualquer queixa-crime sobre a Junta de Freguesia de Barcouço. Prosseguiu dizendo que se os subscritores da participação apresentada ao Ministério Público ainda não tinham sido notificados do seu arquivamento, isso só demonstrava a lentidão da justiça em Portugal. Finalizou, referindo que foi dito que a participação apresentada no Ministério Público tinha como objetivo averiguar o que se tinha passado mas em comunicado do PS Mealhada de 30 de dezembro de 2021 apelidaram a atitude do Senhor Presidente da Mesa de antidemocrática. (início: após 01 hora e 52 minutos; fim: após 01 hora e 53 minutos) ----------
Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a introdução de um ponto na Ordem de Trabalhos – Designação de membro para composição da Comissão Municipal de Proteção Civil de Mealhada (substituição de elemento), uma vez que o representante era o anterior Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, que renunciou ao mandato. Foi aprovada por unanimidade a introdução do ponto na Ordem de Trabalhos, a ser tratado em último lugar, com o nº 9. (inicio: após 1 hora e 53 minutos; fim: após 1 hora e 55 minutos) ----------
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------
1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 5: ----------
O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre o assunto, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais João Louceiro e Maria de Lurdes Bastos, que no uso da palavra, solicitaram algumas correções ortográficas na Ata em apreço. (início: após 01 horas e 55 minutos; fim: após 01 hora e 59 minutos) ----------
Posteriormente, e efetuadas as correções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 5, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma. -----
Os Senhores Deputados Municipais: Rosa Maria Sousa, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo e João Carlos Henriques da Silva não participaram da

votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 5. (início: após 01 hora e 59 minutos; fim: após 02 horas e 01 minuto) ----------

2) VOTAÇÃO DA ATA N.º 6: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, e não havendo inscrições colocou o mesmo à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a referida Ata n.º 2. ----------

Os Senhores Deputados Municipais: Rosa Maria Sousa, Carlos Manuel Salvador Veloso, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Marina Gomes Ferreira Gregório, João Carlos Henriques da Silva e Mário José de Sousa Gaspar não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 5. (início: após 02 horas e 01 minuto; fim: após 02 horas e 02 minutos) ----------

3) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE FEVEREIRO: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais João Louceiro, Iola Baptista, Pedro Semedo, Pedro Ferreira e Alexandre Rebelo. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por alertar que ocorrem intervenções no período antes da ordem do dia que deveriam decorrer neste ponto da Ordem do Dia, porque tem que ver com assuntos da atividade da Câmara Municipal e as ações que a mesma desenvolve. Prosseguiu solicitando um comentário sobre a taxa de despesas de capital pagas até 13 de Junho, que não chega aos 20% do valor orçado, o que poderá indiciar um investimento relativamente escasso no desenrolar deste ano no Município. Continuou questionando, quanto ao departamento de Educação, acerca dos 3 assistentes operacionais integrados nas escolas do Concelho assim como quanto à reunião realizada referente às refeições escolares e suas alterações. Em seguida referiu o atraso na receção da newsletter do Município, com indicação de eventos que já aconteceram, dando ainda nota positiva para o acompanhamento efetuado pelo Gabinete de Comunicação e Imagem das reuniões da Câmara Municipal e respetivas notas de imprensa, destacando porém a falta de igual seguimento para as sessões e atividade da Assembleia Municipal. Questionou de seguida as atividades descritas como voluntariado no stand 231 da Feira de Artesanato e Gastronomia. Perguntou depois quem suporta financeiramente, e em que termos, as obras de reabilitação do edifício do Tribunal, abordando ainda a obra do novo edifício municipal e questionando quando a mesma arrancaria, dado a consignação ter ocorrido em seis de maio do corrente ano, pedindo também esclarecimentos sobre as obras da Escola Secundária da Mealhada e o seu términus, assim como dos recursos financeiros previstos pelo Governo para obras e manutenção de edifícios escolares transferidos para os Municípios em virtude da delegação de competências. Continuou interpelando sobre o que falta para concluir em definitivo a reabilitação do Mercado Municipal de Pampilhosa, se e quando será concretizada a transferência da biblioteca para o local e o que está previsto em termos de animação para o espaço.

Seguiu questionando relativamente às obras de reparação da rede de esgotos do Luso e também acerca da perda de água através de fissuras na Fonte de São João. Finalizou inquirindo sobre a Estratégia Local de Habitação, que aparece referida na informação do sector de Ação Social mas que ainda não está aprovada, uma vez que a proposta relativa a essa matéria foi retirada da ordem de trabalhos da sessão de 28 de abril de 2022, por falta de parecer da CCDR-Centro. (início: após 02 horas e 03 minutos; fim: após 02 horas e 13 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que a taxa de despesas de capital está baixa porque grande parte do valor orçado está comprometido em grandes obras e as mesmas tem sofrido vicissitudes como falta de parecer do Tribunal de Contas ou dificuldades do empreiteiro ou a reorganização dos serviços da Divisão de Obras Municipais e Integração Paisagística. Prosseguiu informando que a integração de três assistentes operacionais nas escolas ocorreu para dar cumprimento aos rácios, em virtude de reformas, acrescentando depois relativamente às refeições escolares, que o Município assume o compromisso da alimentação e que não pode ser imposto aos encarregados de educação terem que custear o ATL não tendo essa necessidade, de modo aos educandos terem direito ao almoço e portanto a situação está a ser analisada pelos serviços de Educação. Quanto ao atraso na entrega da newsletter, a mesma segue em conjunto com a carta da fatura da água e portanto não é fácil cumprir no tempo adequado e como se está a incentivar que esta fatura seja remetida via e-mail, o assunto está a ser debatido internamente de forma a ser resolvido e a serem encontradas outras alternativas de comunicação, sublinhando de seguida que iria ser corrigida a falta de colocação dos assuntos da Assembleia Municipal na newsletter. Sobre o voluntariado no stand 231 da Feira de Artesanato e Gastronomia, surgiu na sequência de um desafio de contribuir e participar como voluntário e de envolvimento no projeto. Em relação ao edifício do Tribunal, esclareceu que o mesmo pertence ao património Municipal, e que em visita ao local verificou as condições deterioradas que existem e que não ocorrendo uma intervenção poderiam existir colapsos na estrutura, melhorando assim as condições para quem lá trabalha e para quem lá se desloca, frisando no entanto que irá discutir com a entidade que usufrui do edifício a forma de os mesmos contribuírem financeiramente para esta obra. No que concerne ao novo edifício Municipal, informou que, tendo a consignação sido efetuada em 06 de maio de 2022, o espaço não poderia ter sido utilizado para estacionamento na Feira de Artesanato e Gastronomia, e que o mesmo foi utilizado para o efeito sem que a Câmara Municipal tivesse dado indicação para tal, continuando por dizer que as obras do edifício se irão iniciar em breve. Em relação à Escola Secundária de Mealhada referiu que é praticamente certo que o novo ano letivo se iniciará sem obras naquele espaço, embora necessite de mais obras, informando ainda que a EB 2/3 de Mealhada está sinalizada pelo Ministério da Educação desde 2016 para receber apoio para obras e está a ser feito o levantamento das necessidades para elaborar o projeto e preparar uma candidatura. Sobre os recursos financeiros a transferir pela administração

central em virtude da delegação de competências, vincou que é um problema não só da educação mas também da saúde e é nacional, mas que, no seguimento da reunião com a Senhora Ministra da Coesão Territorial, considera que o assunto vai ser revisto, sendo que todos os Municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra tomaram a decisão de não assinar os contratos de transferências porque o que era apresentado nada tinha a ver com as necessidades que existem, sendo que a verba disponível não chegava a 1/3 do que era necessário e que apesar de defender que as Câmaras Municipais poderão dar uma resposta diferente e melhor nestas matérias, têm de existir uma compensação adequada. Quanto ao Mercado Municipal de Pampilhosa disse que se trata de uma obra com alguns problemas construtivos, e que ainda não foi rececionada uma outra parte da obra e portanto ainda estão a vistoriar algumas coisas, sendo que a transferência da biblioteca para o espaço ainda não aconteceu por ainda estar em estudo o quê e como fazer em concreto naquele espaço, estando ainda em análise a colocação de um multibanco no espaço. Sobre a rede de esgotos de Luso, estão a ser pedidos pareceres externos que são necessários para se proceder ao lançamento do concurso, e que a quanto à perda de água na zona de Luso está a ser averiguado pelos colaboradores da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Luso a falta de água no centro de Luso. Finalizou referindo que a Estratégia Local de Habitação não está aprovada e está no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. para ser analisado, irá depois a reunião de Câmara e só depois será remetido à Assembleia Municipal. (início: após 02 hora e 13 minutos; fim: após 02 horas e 38 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Iola Baptista, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Vereador da Educação* ----------

Ao analisar as informações enviadas, constato que mais uma vez não identifico qualquer verba canalizada para a Escola EB2/3 Mealhada, o que muito me preocupa, pois não falamos apenas de questões estéticas e de embelezamento. ----------

Estamos a falar de questões relacionadas com segurança e que podem colocar em causa a integridade física das nossas crianças e jovens. ----------

Falo concretamente dos campos exteriores e dos espaços para prática da disciplina de Educação Física, como os espaços para os saltos em comprimento, a pista de atletismo, ambos completamente degradados. O piso em cimento muito abrasivo e em várias zonas nem cimento tem, tal é já o desgaste. Os espaços para praticar atletismo, nem pistas tem, o cimento que tinha já não existe, está partido, tem pedras e muitas areias, o piso é completamente irregular, os alunos para fazerem uma simples corrida tem que ver muito bem onde colocam os pés para não fazerem nenhuma entorse, a mesma coisa para a caixa de areia. Os campos de jogos desportivos também tem piso em cimento, o que coloca os alunos em perigo quando caem, magoam-se muito, ficam todos esfarrapados com marcas na pele que não desaparecem. ----------

Em tempos falámos e dado o timing, compreendi que ainda não tinham tido oportunidade de visitar todo o parque escolar. Se ainda não o fizeram e entenderem necessário podemos visitar o local para melhor perceberem estas preocupações. --- Recordo que estamos a finalizar um ano letivo entrando no período de férias escolares, era extremamente importante realizarem as melhorias necessárias para que o novo ano letivo se inicie com melhores condições de segurança." (início: após 02 horas e 38 minutos; fim: após 02 horas e 40 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, informou que já visitou a EB2/3 Mealhada e que a mesma já está sinalizada e está a ser feito o trabalho para elaborar o projeto mas não conseguirão dar resposta antes do início do ano letivo, e o mesmo para a Pampilhosa. Informou que já foram dadas instruções no sentido de preparar concurso para uma arquiteta paisagista no sentido de formar uma equipa técnica mais forte para dar resposta. (início: após 02 hora e 40 minutos; fim: após 02 horas e 43 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Pedro Semedo, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"Sr. Presidente, gostaria de apresentar algumas questões: ----------

- Já se pode fazer algum balanço da recolha de resíduos porta-a-porta? ----------

- Em que ponto do processo está a construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária da Mealhada? ----------

As obras de renovação na Escola estão praticamente acabadas, faltam alguns trabalhos finais, mas notamos que certos pormenores poderiam ter ficado melhor se as pessoas que lá trabalham tivessem tido a oportunidade de serem envolvidas no momento em que se fez o projecto. ----------

Mesmo noutros edifícios escolares recentemente intervencionados têm-nos sido relatados deficiências ao nível de projecto e de construção, muitas vezes por não serem ouvidas as pessoas que de facto trabalham aí e sabem o que e onde precisam das coisas. ----------

- Até que ponto a Câmara Municipal considera viável a instalação de painéis fotovoltaicos para produção eléctrica em propriedades municipais, tendo em conta que grande parte do consumo elétrico nos edifícios camarários e nas escolas, por exemplo, se faz durante o dia? ----------

O preço da eletricidade apresenta uma subida nos diversos mercados e talvez seja um bom investimento. No entanto, o assunto carece de análise técnica de especialistas. ----------

- Como é que no novo edifício da Câmara Municipal se está a pensar a questão da poupança ativa e passiva da energia e climatização? Já agora, estará prevista uma sala de reuniões capaz de acolher as sessões da Assembleia Municipal?" (início: após 02 horas e 43 minutos; fim: após 02 horas e 52 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, informou que, quanto à EB2/3 Mealhada se está a fazer o levantamento das necessidades para se fazer um projeto, e quanto ao

pavilhão gimnodesportivo, o projeto está a decorrer para a recuperação do edifício. Prosseguiu referindo que existem alguns projetos que têm defeitos, como por exemplo o da Piscina Municipal de Mealhada, resultado de erros técnicos e urge responsabilizar quem de direito. Continuou por dizer que é um apoiante dos painéis fotovoltaicos, de modo a defender o ambiente e acabar com a dependência das energias fósseis, informando ainda que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra está a trabalhar no sentido de criar uma comunidade energética, sendo que, em relação ao novo edifício, foi informado que o mesmo vai consumir mais que todo o conjunto de edifícios que a Câmara Municipal possui de momento mas que é um edifício necessário. (início: após 02 horas e 52 minutos; fim: após 02 horas e 57 minutos) ----------

4) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por questionar acerca do ponto de situação do projeto de execução e de reabilitação do Regadio Luso-Vacariça-Mealhada. De seguida solicitou ao Senhor presidente da Câmara Municipal que informa-se os Senhores Deputados Municipais do que está projetado para o lugar de Lograssol. (início: após 02 horas e 57 minutos; fim: após 02 horas e 59 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, informou que, sobre o Regadio Luso-Vacariça-Mealhada e após conversa sobre o assunto com os técnicos da Câmara Municipal, o projeto tem muitos problemas e terá de ser repensado no sentido de tratamento do rio Cértima e os seus afluentes e de ser mais que um regadio, ser algo para desenvolver a região. (início: após 02 horas e 59 minutos; fim: após 03 horas e 02 minutos) ----------

5) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, iniciou por questionar o estado dos espaços verdes, referindo de seguida alguns locais que necessitam de intervenção urgente. Prosseguiu solicitando esclarecimentos quanto aos atrasos verificados na obra da Garagem do Palace, assim como quanto ao atraso nas obras de requalificação do espaço da Feira de Barcouço, assinalando ainda o bom ritmo da obra dos Balneários do Luso. Pediu clarificação relativamente ao projeto de nebulização das ilhas de calor e de que obra se trata. Finalizou referindo o Dia Internacional de Luta contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, mencionando e destacando também a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, que espera que seja alvo de rigorosa análise. (início: após 03 horas e 02 minutos; fim: após 03 horas e 06 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que relativamente aos espaços verdes, embora não se consiga dar resposta a todos os locais, tem havido cuidado na manutenção dos mesmos e no sentido de melhorar a resposta que está a ser dada celebrou-se um protocolo com os Serviços Prisionais. Relativamente à obra da Garagem do Palace informou que é uma obra financiada mas não tem ainda prazo de término, pois o empreiteiro responsável tem tido algumas dificuldades na contratação, sendo que quanto ao projeto de nebulização das ilhas de calor, trata-se

de uma forma de criar locais de sombreamento em alguns locais de Mealhada, sendo que já se abriu concurso três vezes e em todas ficou deserto, mesmo com aumento de valor. Sobre a Feira de Barcouço informou que houve um pequeno atraso na conclusão da obra mas tendo sido o projeto alterado ocorreu mudança no prazo, só faltando a sinalização da mesma. Finalizou, em relação aos Balneários do Luso, dizendo que se trata de uma obra de valor exagerado unicamente para construção de balneários, sem qualquer tipo de bancada, unicamente para a equipa do Grupo Desportivo de Luso mas que está a decorrer bem. (início: após 02 horas e 38 minutos; fim: após 03 horas e 12 minutos) ----------

Em seguida o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal em relação ao projeto de recuperação do viaduto sul da estação da Pampilhosa e ao facto de já terem decorrido os trinta dias exigidos em termos legais sobre o pedido de consulta junto da Infraestruturas de Portugal, S.A., tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecido que efetivamente esse prazo já decorreu e que o projeto de restauração do viaduto está pronto mas que aguarda análise e aprovação da referida entidade para ser executada, aproveitando de seguida para clarificar que o projeto de nebulização das ilhas de calor são estruturas metálicas de modo a criar sombreamento e que o concurso do mesmo tem ficado deserto. (início: após 03 horas e 12 minutos; fim: após 03 horas e 17 minutos) ----------

4) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma, iniciou por questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal se, no seguimento do dito em sessões anteriores, pretende realmente limitar os contratos de avença a situações pontuais. Prosseguiu dizendo que, sendo inquestionável que é preciso garantir o funcionamento e as respostas dos serviços autárquicos, não se deverá fintar a Lei e fazer prática reiterada deste tipo de contratação, e que não deverá ser a urgência da necessidade de determinados trabalhadores ser razão justificativa para a celebração deste tipo de contratação em regime de prestação de serviços em modalidade de avença. Continuou dizendo que, apesar do afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, figuram na listagem de compromissos plurianuais dez compromissos, em que sete deles são prestações de serviços em regime de avença e que levantam dúvidas, nomeadamente as prestações de serviços na modalidade de avença para assessoria técnica na área de contabilidade, apoio administrativo na área de contabilidade, assessoria técnica na área da contratação pública e o técnico de desporto educação física, quanto à efetividade e legalidade e respeito pelo disposto no Código do Trabalho. Finalizou referindo que o PCP tem defendido melhorias nas regras da contratação pública, defendendo o interesse Público, sem nunca perder de vista a valorização do trabalho e dos trabalhadores e que é importante que as autarquias sejam também exigentes com os decisores políticos e os legisladores. (início: após 03 horas e 17 minutos; fim: após 03 horas e 24 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, reiterou a sua posição acerca das avenças e que são questões que transitaram do anterior mandato e que, para alguns, já estão em fase de abertura para concursos públicos. Prosseguiu dizendo que já houve necessidade de realizar avenças em algumas áreas e para assistentes operacionais, pois apesar de os mesmos serem excelentes profissionais, caso fossem abertos concursos estes não poderiam concorrer por não terem a escolaridade mínima obrigatória e ficariam os concursos desertos, sendo portanto a única forma de ter mão-de-obra. (início: após 03 horas e 24 minutos; fim: após 03 horas e 26 minutos)
Ato contínuo, e não havendo mais inscrições para usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação a continuidade dos trabalhos, no cumprimento do artigo 29.º do regimento da Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por unanimidade a continuação dos trabalhos. (início: após 03 horas e 26 minutos; fim: após 03 horas e 27 minutos) ----------

5) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 42/2022 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2022: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, solicitando pequenos acertos no documento, nomeadamente que na Habilitação/Área de Formação para o Cargo/Carreira/Categoria de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica/Serviço da Divisão de Obras Municipais e Intervenção Paisagística (2.º Grau), que deverá ler-se "*Licenciatura em Engenharia Civil*" e no Posto de Trabalho – Comissão de Serviço, para Chefe de Setor da Unidade Orgânica/Serviço, do Setor de Turismo (3.º Grau), que deverá ler-se "*A prover – 1 e Total – 1*". (início: após 03 horas e 27 minutos; fim: após 03 horas e 29 minutos) ----------
Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais João Louceiro e Susana Almeida. ----------
1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por questionar alterações no mapa de pessoal assim como falta de fundamentação para as mesmas, tais como a criação do lugar de técnico superior com licenciatura em arquitetura paisagística e a contratação a termo resolutivo de dois técnicos superiores a integrar no gabinete de inovação e juventude, continuando por indagar acerca da alteração de designação e organização das unidades orgânicas, como por exemplo o surgimento duma divisão de logística e manutenção ou a separação em dois setores da anteriormente designada divisão de turismo e cultura, não estando tais modificações devidamente assinaladas e explicadas. Prosseguiu reiterando as críticas já efetuadas em dezembro, aquando da aprovação do mapa de pessoal para 2022, nomeadamente o facto da existência dum número considerável de trabalhadores da autarquia contratados em prestação de serviços que estão ocultados no mapa de pessoal, sendo também alvo de crítica a não revisão da questão da atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, importante para

os trabalhadores e que têm a ver com a valorização do seu trabalho, da sua condição e, embora de uma forma muito modesta, ajudar a melhorar um pouco as parcas retribuições que muitos dos possíveis visados auferem. Finalizou indicando que o PCP manterá o sentido de voto adotado na aprovação do mapa de pessoal para 2022 e irá abster-se. (início: após 03 horas e 29 minutos; fim: após 03 horas e 36 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no uso da mesma esclareceu que efetivamente ocorreu uma reorganização dos serviços, resultado de ajustes de modo a obter um trabalho mais eficiente. Continuou esclarecendo que, apesar dos recibos verdes não constarem do mapa de pessoal, existem também no mapa de pessoal muitos lugares ocupados mas que efetivamente não estão a trabalhar nos serviços da autarquia, como são os casos de pedidos de mobilidade que tem de estar incluídos no mapa de pessoal durante dezoito meses. Terminou informando acerca do concurso para a divisão de desporto e para o gabinete de inovação e juventude. (início: após 03 horas e 36 minutos; fim: após 03 horas e 40 minutos) ----------

De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vereador Hugo Silva, que disse que ao implementar novas áreas no domínio municipal é natural que tenham de existir processos evolutivos com alguma capacidade e maleabilidade de acordo com as competências que são alocadas a esses mesmos processos, quer na nova área da inovação quer na área da juventude, esta última agora com uma técnica alocada de forma direta e com a Casa Municipal da Juventude. Continuou referindo que no setor da inovação, das dinâmicas empresariais, da inovação social ou das smart cities, não existe nenhum funcionário municipal que reúna competências para essas áreas e se para implementar determinado projeto são necessárias determinadas capacidades mas noutra fase desse mesmo projeto já são requeridas outras, daí se resume a razão de haver contratos de avença e não ficar vinculado à rigidez que se obtém a partir do momento em que se tem uma pessoa no quadro que não reúne competências de uma fase 2 ou de uma fase 3 de um projeto a implementar, o que torna absolutamente inviável essa implementação ou o crescimento desse projeto municipal, condenando assim o investimento do dinheiro público. (início: após 03 horas e 40 minutos; fim: após 03 horas e 44 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, no uso da palavra, chamou atenção que a pergunta para a continuidade da reunião, nos termos do artigo 29º do Regimento, é só há 1 hora do dia seguinte, portanto, 4 horas e meia depois do início da sessão, tendo de seguida a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: -----

"*Efetivamente, nós secundamos aqui parte da intervenção do deputado João Louceiro, porque efetivamente percebemos que houve aqui uma decisão do executivo referente à alteração da estrutura orgânica municipal.* ----------

De facto, segundo percebemos e tomámos conhecimento, o executivo decidiu extinguir as unidades orgânicas flexíveis de grau 2, designada por divisão de administração e conservação do território; uma outra unidade orgânica, designada

divisão da gestão e conservação rodoviária, gestão de frotas e proteção civil; outra unidade orgânica designada a divisão da comunicação, eventos e relações externas e, finalmente, uma unidade orgânica designada divisão do turismo e cultura. ---------
E nesse seguimento, segundo percebemos também, o executivo decidiu criar uma unidade orgânica de grau 2, com a designação de divisão de obras municipais e integração paisagística; uma outra com a designação de divisão de conservação rodoviária, logística, manutenção; e uma unidade da flexível de terceiro grau com a designação setor do turismo e uma outra também com o mesmo grau de terceiro grau, com a designação setor da cultura. ----------
Ora, segundo sabemos as 3 primeiras divisões que ora foram extintas não estavam providas. Ao invés, a unidade orgânica, designada divisão de turismo e cultura, apresentava uma chefe de divisão que com o sucedido foi destituída e segundo soubemos, e corrija-me o Senhor Presidente por favor se estamos errados, foi destituída sem aviso e justificação. ----------
Bem sabemos que a alteração da estrutura orgânica municipal, dentro dos limites decididos pela Assembleia Municipal, corresponde a uma prerrogativa do executivo e, portanto, uma pura decisão de gestão, não obstante, permita-nos o Senhor Presidente da Câmara questionar sobre o racional desta decisão, qual na verdade, a razão de ser desta decisão, não conseguimos perceber na verdade a razão que subjaz em particular à extinção da divisão do turismo e cultura, que apresentava uma chefe de divisão e a criação, então, destes 2 sectores de grau inferior com as mesmas designações e presumimos com as mesmas competências. Não me parece que esteja aqui em causa aquilo que ainda agora o Senhor Vereador Hugo Silva estava a dizer, novas áreas, novas competências, portanto, a designação é a mesma e questiono se de facto, então não são as mesmas competências e, portanto, não se tratará da mesma coisa, porque se são criados setores da cultura e do turismo, que são exatamente correspondentes à perdida divisão do turismo e cultura, é porque se verifica esta necessidade de assegurar o cumprimento destas mesmas competências e por isso, não conseguimos perceber a ratio desta decisão. Poderiam ter mantido a divisão com a criação das 2 secções na mesma e, portanto, questionamos com o devido respeito atenção, se o objetivo foi eventualmente despromover esta trabalhadora que assumia as funções de chefe de divisão. --------
Portanto, além disso, se nos permite, também questionamos se os direitos dos trabalhadores visados por esta decisão são devidamente ou serão devidamente acautelados, nomeadamente quanto ao pagamento da justa e devida indemnização. E depois também assinalamos aqui algumas gralhas, mas o Senhor Presidente também já fez questão de esclarecer e por isso, muito agradecemos então esclarecimentos, obrigado. (início: após 03 horas e 45 minutos; fim: após 03 horas e 49 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no uso da mesma esclareceu que as alterações efetuadas ocorreram de modo a dar uma resposta clara e melhorada dos serviços. Continuou dizendo que relativamente à antiga divisão de turismo e cultura, a mesma era uma divisão muito

grande, em que era necessário uma amplitude muito grande de capacidades e que não estava a funcionar e portanto houve a necessidade de reajustar a mesma, e assim separar claramente o turismo e a cultura de modo a cumprir os objetivos propostos. Quanto à anterior chefe de divisão, a mesma foi convidada a ficar num sector em que se sente mais confortável, tendo existido uma conversa prévia com todas as pessoas abrangidas por estas alterações, sendo que após a publicação em Diário da República desta alteração, comunicou e conversou com a pessoa em questão, vincando ainda que todos os direitos aos quais têm direito, serão acautelados e respeitados. (início: após 03 horas e 49 minutos; fim: após 03 horas e 56 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Rosa Maria Sousa, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Paulo Manuel Madeira Serafim, Sandra Isabel Baía Semedo, Marina Gomes Ferreira Gregório, João Carlos Henriques da Silva, Mário José Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e nove abstenções dos Senhores Deputados Municipais Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Carlos Manuel Salvador Veloso, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos e João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, e com as seguintes correções no Mapa de Pessoal: ----------

- Na Habilitação/Área de Formação para o Cargo/Carreira/Categoria de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica/Serviço da Divisão de Obras Municipais e Intervenção Paisagística (2.º Grau) deverá ler-se "*Licenciatura em Engenharia Civil*"; e ----------
- No Posto de Trabalho – Comissão de Serviço, para Chefe de Setor da Unidade Orgânica/Serviço, do Setor de Turismo (3.º Grau), deverá ler-se "*A prover – 1 e Total – 1*". ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 56 minutos; fim: após 03 horas e 58 minutos) ----------

6) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 45/2022 – VII EDIÇÃO FEIRA DE ARTESANATO E GASTRONOMIA EM BARCOUÇO – PEDIDO DE APOIO: --------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referido que foi solicitado um apoio financeiro, no valor de nove mil euros, pela Junta de Freguesia de Barcouço, tendo sido concedido, como tem sido usual em situações similares, apoio logístico com um conjunto de equipamentos. Foi também pedido um palco coberto e, estando já um cedido à Junta de Freguesia de Casal Comba, tornou-se necessário

contratar um, no valor de quinhentos euros mais IVA, a instalar no recinto do evento. (início: após 03 horas e 58 minutos; fim: após 04 horas) ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Frederico Santos, João Pereira, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra, André Melo, o Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva e Carlos Pimenta. -----

1) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por dizer que os Senhores Deputados Municipais eleitos pelo Partido Socialista votariam favoravelmente à concessão do apoio à Junta de Freguesia de Barcouço, no entanto consideravam o valor do apoio bastante reduzido face ao montante solicitado. Continuou dizendo que no passado as Juntas de Freguesia eram apoiadas anualmente, em igual montante, num valor de cinco mil euros para a realização de eventos culturais e de promoção local e ainda recentemente foi atribuído, e bem, um apoio de três mil e oitocentos euros mais IVA, para um evento promovido por uma associação local, questionando portanto se esta seria a política usada no futuro para todas as Juntas de Freguesia que solicitem apoio para eventos similares ou se estaria dependente do tipo e duração do mesmo. Finalizou lembrando que é fundamental manter as Freguesias com vida para que mantenham a sua identidade e que não são só os centros da cidade que merecem ser alvo de atenção. (início: após 04 horas; fim: após 04 horas e 02 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que o apoio de cinco mil euros para a realização de eventos culturais e de promoção local foi retirado do orçamento, tendo o mesmo sido aprovado em sede de reunião de Câmara Municipal e posteriormente pela Assembleia Municipal, não estando portanto o mesmo previsto no orçamento da Junta de Freguesia de Barcouço. Prosseguiu referindo que transmitiu, não só à Junta de Freguesia de Barcouço como a todas as outras, que seriam apoiadas de forma a motivar e a envolver o associativismo e a comunidade local e com materiais e apoio logístico ou funcionários camarários, clarificando que o apoio citado dado a uma associação local foi feito através do aluguer de instalações sanitárias e não em dinheiro. (início: após 04 horas e 02 minutos; fim: após 04 horas e 05 minutos) ------

2) O Senhor Deputado Municipal João Pereira, no uso da palavra, iniciou por dizer que, sendo residente na Freguesia de Barcouço, viu nascer e crescer a Feira de Artesanato e Gastronomia, sendo um evento que mobiliza grande parte da população local, e que possibilita à mesma conviver, assistir a eventos culturais e de diversão para as crianças. Continuou referindo que o apoio dado não corresponde à importância que o Município reconhece ao evento, e mesmo considerando não ser de atribuir o montante pedido e tendo em conta os constrangimentos financeiros que a Câmara Municipal atravessa, qualifica o valor atribuído de indigno para um evento mobilizador, não só para a população mas também para visitantes do evento, sublinhando que nos eventos realizados na sede do concelho se gastam milhares de euros, terminando por apelar a que nos próximos anos sejam mais sensíveis ao bem-estar das populações das aldeias do Concelho. (início: após 04 horas e 05 minutos;

fim: após 04 horas e 10 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que foi cedido um palco e com outros eventos semelhantes é isso mesmo que tem sido feito. Referiu que normalmente neste tipo de Festas da aldeia ou do Senhor o que se verifica são as pessoas a dinamizarem-se para angariar fundos, sendo que a Câmara Municipal costuma isentar das taxas devidas mas não apoia com dinheiro e sim de outras formas, tendo ainda recentemente apoiado uma associação através da disponibilização do edifício do IVV, ou ainda com o desafio proposto às Freguesias de trazerem as associações locais para estarem presentes na pretérita Feira de Artesanato e Gastronomia de Mealhada de modo a angariarem fundos. Continuou dizendo que gostou da festa realizada em Barcouço e de toda a envolvência no e com o espaço público, mas que esse é um trabalho que a comunidade tem de fazer e que a Câmara Municipal estará ao lado para apoiar mas que, como as Juntas de Freguesia sabem claramente, este tipo de ajuda financeira não está prevista no orçamento e sendo o mesmo limitado tem de existir um equilíbrio e que na sede do Concelho é gasto mais dinheiro porque há uma maior economia local e mais turismo e portanto terá de existir mais investimento. Finalizou dizendo que existem condições para que com parcerias e envolvendo a população se realizarem bons eventos e que a Câmara Municipal os apoiará. (início: após 04 horas e 10 minutos; fim: após 04 horas e 14 minutos) -------
3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço João Cidra, no uso da palavra, iniciou por referir que o evento *Sabor e Artes* foi um sucesso, graças à Junta de Freguesia de Barcouço. Agradeceu o apoio logístico do Senhor Presidente da Junta de Vacariça Pedro Ferreira, que emprestou duas tendas assim como do Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Souselas e Botão Rui Soares com a cedência de uma tenda e ainda do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada pelas tendas cedidas pelo Município, que contribuíram para a presença de trinta e dois artesãos, incluindo as boleiras dos "*Bolos de Cornos*", já marca registada pela Junta de Freguesia de Barcouço, e que tratando-se da sétima edição de um evento com sucesso reconhecido estava satisfeito pela população e pelo evento e participação dos artesãos. Prosseguiu dizendo que em 2023 se não houver outro tipo de apoio será impossível realizar o evento, pois este gastou cerca de 8% do orçamento da Junta de Freguesia e que o apoio dado era indigno, sensibilizando o Senhor Presidente da Câmara Municipal para o tema da cultura e tradição das Freguesias. Clarificou que o evento era *Sabor e Artes* e não a Festa do Senhor, não existindo nenhuma comissão de festas, e que integrou a procissão da dita Festa do Senhor para que esta não se extinga, sendo que iria abster-se na votação por não concordar com a maneira que o Município trata a cultura e as tradições na Freguesias. Continuou reiterando que sem apoio municipal este evento não se poderá realizar, agradecendo ainda aos envolvidos e dando nota que o associativismo na Freguesia de Barcouço está um pouco parado. Terminou afirmando que a Junta de Freguesia existe para servir a população e não andar de

porta em porta a pedir dinheiro e que o Concelho é constituído por 6 Freguesias. (início: após 04 horas e 15 minutos; fim: após 04 horas e 22 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por dizer que orçamento municipal foi votado no dia 28 de dezembro e os eleitos pelo Partido Socialista e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço optaram por não votar e já nessa altura ficou expresso que não haveriam os aludidos cinco mil euros para as Juntas de Freguesia. Continuou dizendo que achou o evento interessante mas que talvez fosse importante elaborar um regulamento que defina parâmetros do que se apoia e como se apoia, de modo a clarificar todo o processo. Finalizou dizendo que na próxima votação do orçamento municipal contava com a presença e participação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço para propor o que entender. (início: após 04 horas e 23 minutos; fim: após 04 horas e 24 minutos) ----------

5) O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Luso João Silva, no uso da palavra, iniciou por dizer que em relação ao associativismo muitas pessoas só se motivam quando existe lucro, e que o associativismo genuíno tende a desaparecer, e que há algum associativismo que dá lucro e que é apoiado e outro genuíno que não o é. (início: após 04 horas e 24 minutos; fim: após 04 horas e 24 minutos) ----------

6) O Senhor Deputado Municipal João Pereira, no uso da palavra, iniciou por que a sua anterior intervenção se deveu à sua forma de estar na vida e aos seus princípios. Continuou dizendo que está a desempenhar o cargo para o qual as pessoas o elegeram, de acordo com a sua consciência e defendendo os interesses do Concelho e da sua Freguesia, tendo intervindo nesse sentido, sem querer ferir suscetibilidades e sem qualquer tipo de ambição política. (início: após 04 horas e 25 minutos; fim: após 04 horas e 26 minutos) ----------

7) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por enaltecer que é a diferença de opinião que faz a riqueza do Grupo Parlamentar Mais e Melhor. (início: após 04 horas e 26 minutos; fim: após 04 horas e 27 minutos) -----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, disse que valorizava a frontalidade do Senhor Deputado Municipal João Pereira. Continuou dizendo que quando o Executivo tomou posse os pedidos de apoio financeiro eram diários e com valores exagerados e desajustados, e que tal era incomportável, sendo que o Município pode apoiar sim mas com materiais. Referiu de seguida que sabe de associações que não o são e só procuram o lucro mas que com este Executivo não vão ter ajudas e que há que acreditar e desafiar as pessoas para virem para a rua e não criar atritos ou lutas políticas, porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço quando elaborou o orçamento da Junta de Freguesia já contava com a realização deste evento e o englobou no mesmo. (início: após 04 horas e 27 minutos; fim: após 04 horas e 33 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins

Rigueiro de Sá Pereira, João Manuel Ferreira Louzado, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Sandra Patrícia dos Santos Machado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Rosa Maria Sousa, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, João Manuel Lima Louceiro, Paulo Manuel Madeira Serafim, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, Marina Gomes Ferreira Gregório, Mário José Sousa Gaspar e Abílio Lopes Semedo e seis abstenções dos Senhores Deputados Municipais Susana Catarina Simões de Almeida, Carlos Manuel Salvador Veloso, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, João Carlos Henriques da Silva e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 33 minutos; fim: após 04 horas e 34 minutos) ----------

Ato contínuo, tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para sublinhar que não é numa Assembleia Municipal que se vêm mendigar dinheiro, sendo este um assunto a tratar previamente e no local devido, demonstrando um total desconhecimento do que é uma Assembleia Municipal. (início: após 04 horas e 34 minutos; fim: após 04 horas e 35 minutos) ----------

7) PROPOSTA AO EXECUTIVO N.º 46/2022 – ACORDO DE CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO (ALARGAMENTO DA RUA DO LAMEIRO – PÓVOA DA MEALHADA): ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que é um projeto conjunto, na zona da Póvoa da Mealhada, entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, de correção da estrada atrás do cemitério, e em que existe disponibilidade dos proprietários em ceder terreno ao domínio público para efetuar a obra e o Município cede os materiais para construção de um muro a delimitar o terreno cedido e como tal os técnicos camarários elaboraram o projeto para melhorar a circulação na rua. (início: após 04 horas e 36 minutos; fim: após 04 horas e 37 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 37 minutos; fim: após 04 horas e 38 minutos) ----------

8) PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL – INFORMAÇÃO N.º 5910/2022: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, solicitando que se

acrescente à proposta em análise no artigo 10.º do citado Regulamento de duas alíneas, a saber: ----------
"*J) Um representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal; L) Os capitães dos portos que dirigem as capitanias existentes no distrito.*" -----
(início: após 04 horas e 38 minutos; fim: após 04 horas e 41 minutos) ----------
O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais João Louceiro e Susana Almeida. -------
1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por deixar nota que não tinha ficado esclarecido relativamente à questão colocada em intervenção anterior, quanto ao voluntariado na Feira de Artesanato e Gastronomia. Prosseguiu referindo que do Regulamento apresentado constam vários erros ortográficos, enumerando de seguida alguns exemplos, dizendo ainda que o PCP compreende a importância da aprovação do Regulamento, não pretendendo obstaculizar a sua aprovação mas solicitando a revisão e reorganização cuidada do texto. Questionou de seguida acerca do Conselho Municipal de Segurança e de o mesmo nunca ter reunido, acrescentando para finalizar que deveria ser adicionado ao que consta do número 3, do artigo 17º, do Regulamento em análise, os dizeres "*...pugnar pela dotação adequada de recursos e meios de proteção civil ao serviço das populações do Concelho*", pois esta deve ser também uma competência importante do serviço municipal e não apenas tentar gerir insuficiências que são habituais e que neste domínio podem ser gravíssimas. (início: após 04 horas e 41 minutos; fim: após 04 horas e 49 minutos) ----------
2) A Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, no uso da palavra, iniciou por elogiar a criação deste Regulamento, estando em linha com a intervenção anterior na medida em que este diploma seja efetivamente cumprido. Terminou referindo as deficiências ortográficas do texto apresentado. (início: após 04 horas e 49 minutos; fim: após 04 horas e 49 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu, relativamente ao voluntariado na Feira de Artesanato e Gastronomia, que o mesmo consiste num banco de voluntariado e participaram todos aqueles que nele se inscreveram. Continuou dizendo que o conteúdo do documento está conforme mas que iria ser revisto a nível de grafia e organização. (início: após 04 horas e 49 minutos; fim: após 04 horas e 51 minutos) -
O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, com as devidas correções ortográficas e com a adição no artigo 10.º do citado Regulamento de duas alíneas, a saber: ----------
"*J) Um representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal; L) Os capitães dos portos que dirigem as capitanias existentes no distrito.*" ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 51 minutos; fim: após 04 horas e 51 minutos) ----------

9) DESIGNAÇÃO DE MEMBRO PARA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE MEALHADA (SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO): ----------

O Senhor Presidente interveio para solicitar listas para a designação de um representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, para posterior votação. (início: após 04 horas e 52 minutos; fim: após 04 horas e 52 minutos) ----------

Foi apresentada à Mesa, pelo Movimento Independente Mais e Melhor, a seguinte lista: ----------

"*O grupo municipal do Movimento Independente Mais e Melhor propõe como representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil o Sr. Mário José de Sousa Gaspar.* ----------

Assinatura." (início: após 04 horas e 52 minutos; fim: após 04 horas e 52 minutos) --

De seguida foi apresentada à Mesa a lista pelo PS, que a seguir se transcreve: -----

"*Sr. Presidente da Junta Vacariça Pedro Ricardo Ferreira*" ----------

Continuou a Senhora Deputada Municipal Joana Sá Pereira, referindo que a indicação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça se devia à sua experiência em questões de proteção civil e capacidade. (início: após 04 horas e 52 minutos; fim: após 04 horas e 53 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu que a primeira lista apresentada seria designada pela letra A e a segunda lista pela letra B e colocou as mesmas a votação. Após votação por escrutínio secreto, nos termos do artigo 55º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, votaram a favor da Lista A, dezasseis Deputados Municipais e da Lista B, dez votos a favor. Votou em branco um Deputado Municipal. ----------

Posteriormente, o Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura do nome do representante na Comissão Municipal de Proteção Civil: Mário José de Sousa Gaspar. (início: após 04 horas e 53 minutos; fim: após 05 horas e 02 minutos) -------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 01 hora e 42 minutos, do dia 29 de junho de 2022, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim Rui Miguel Esteves Machado, Rui Miguel Esteves Machado, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, que a redigi, bem como pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. ----------

Mealhada, 29 de junho de 2022. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ----------

Carlos Alberto da Costa Cabral. ----------